



Acta Scientiarum. Education

ISSN: 2178-5198

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Mainka, Peter Johann

Os fundamentos da identidade européia na antiguidade, na idade média e nos tempos modernos

Acta Scientiarum. Education, vol. 33, núm. 1, 2011, pp. 57-69

Universidade Estadual de Maringá

Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=303326603007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Os fundamentos da identidade européia na antiguidade, na idade média e nos tempos modernos

Peter Johann Mainka

Institut für Geschichte, Universidade de Würzburg, Alemanha. E-mail: peter.ursel@t-online.de

RESUMO. Depois do fim da Segunda Guerra Mundial iniciou-se o processo da unificação européia, compreendendo todas as áreas do Estado e da sociedade (legislação, jurisdição, política, economia, instituições, etc.) dos 27 Estados, tão diferentes quanto às tradições e à sua história, que compõem, no momento, a União Européia. Porém, quais são os fundamentos intelectuais e os valores culturais, quais são as idéias e memórias, que dão à Europa uma identidade coerente e compartilhada, em princípio, por toda a população européia de atualmente, quase 500 milhões de pessoas? Esses alicerces intelectuais da Europa remontam à Antiguidade, à Idade Média e aos Tempos Modernos. Este trabalho pretende apresentar alguns desses fundamentos comuns da Europa, postos na Idade Média e nos Tempos Modernos (por exemplo o Cristianismo, o Humanismo e o Iluminismo), e discutir a sua importância para a identidade européia.

Palavras-chave: Europa, identidade européia, história européia.

ABSTRACT. The bases of European identity in antiquity, middle ages and in modernity. The process of European unification started immediately after the II World War. It comprised all the areas of State and society (legislation, jurisdiction, politics, economy, institutions and others) in the twenty-seven countries, highly different in their traditions and history and which now make up the European Community. Which are the intellectual bases and the cultural values, which are the ideas and memories that give Europe a coherent identity shared, at least theoretically, by the European population of approximately 500 million people? Europe's intellectual bases go back to Antiquity, to the Middle Ages and to Modernity. Current essay will provide some of Europe's common principles posited in the Middle Ages and in Modernity (for instance, Christianity, Humanism and Illuminism) and will discuss their importance within European identity.

Keywords: Europe, European identity, European history.

Introdução

A Europa: tentativa de uma delimitação geográfica

O número dos continentes da terra varia, dependendo das categorias aplicadas. São indicados cinco ou seis continentes (África, América (do Norte e do Sul), Ásia, Europa, Austrália e Antártica). A distinção geográfica dos continentes é fácil; difícil é, porém, delimitar, de maneira clara, as fronteiras da Europa. A Europa é delimitada em três lados por mares, no Oeste pelo Atlântico, no Norte pelo Mar do Norte e no Sul pelo Mediterrâneo. A delimitação no Leste, porém, é complicada. Como fronteiras entre a Europa e a Ásia são mencionadas – a partir da delimitação, feita em 1730 pelo cartógrafo e geógrafo sueco Philip Johan de Strahlenberg (1676-1747)¹ –

geralmente a cordilheira e o rio dos Urais e o Cáucaso, entre o Mar Cáspio e o Mar Negro (WEHRS, 1999, p. 49). No entanto, esta delimitação nem sempre é muito clara e lógica. Pois, a partir desta delimitação geográfica, os Estados majoritariamente cristãos, da Armênia e da Geórgia não pertenceriam à Europa, enquanto partes do Azerbaijão, do Cazaquistão, do Daguestão e da Chechênia, Estados majoritariamente islâmicos, fariam parte do continente europeu. Devido à falta de uma fronteira geográfica inequívoca entre a Europa e a Ásia, e devido ao fato de que a Europa é um tipo de península da Ásia, fala-se, frequentemente da Eurásia como designação para o conjunto dos dois continentes relacionados.

De fato, existem relações estreitas e específicas entre a Europa e a Ásia, como prova um olhar à mitologia greco-romana. Na mitologia da Antiguidade greco-romana, Europa era a filha do rei fenício, chamado Agenor, e da sua esposa Telephassa

¹ Philip Johan de Strahlenberg havia delimitado, em 1730, as fronteiras entre a Europa e a Ásia na sua obra intitulada *Das Nord- und Östliche Theil von Europa und Asia, in so weit solche das gantze Russische Reich mit Sibirien und der großen Tatarey in sich begriffet*. In Verlegung des Autoris, Stockholm, 1730 (Strahlenberg, 2010).

(FINK, 1993, p. 106). Atraído pela beleza de Europa, Zeus, Deus supremo dos gregos, transformou-se num touro domesticado e de cor branca e se aproximou da princesa, que brincava com as suas amigas na margem de um rio. Zeus, na forma do touro, sequestrou a princesa e levou, por cima do mar para a ilha de Creta, uma ilha no Mediterrâneo, mais exatamente, no Mar Egeu, entre a Grécia e a Turquia. Note-se, que a família de Europa morava na Fenícia, uma região no Próximo Oriente, onde hoje é localizada Gaza e a Margem Ocidental (de Gaza), disputada por israelenses e palestinos. Como a história da princesa Europa e do seu rapto mostra, a Ásia e a Europa são entrelaçadas estreitamente, desde os tempos pré-históricos (SCHMALE, 1997, p. 23-31).

A Europa, mesmo sendo um dos menores continentes, tem uma extensão enorme, de Oeste a Leste, de aproximadamente 6.000 km e de Norte a Sul de aproximadamente 3.800 km, compreendendo uma área de mais ou menos 10,5 milhões km² com uma população de mais de 700 milhões de habitantes. Cerca dois terços da Europa são terra firme e um terço ilhas e penínsulas. Assim, a extensão do litoral da Europa é de 37.200 km, a distância para o litoral é, em média, somente 320 km e, com isso, quase dois terços do continente europeu está perto da costa (WEHRS, 1999, p. 50).

Na área da Europa existem 48 Estados independentes, cujos territórios estão localizados, pelo menos em parte, na Europa (STRATENSCHULTE, 2007). Os territórios, por exemplo, da Rússia e da Turquia ou também da Cazaquistão ou do Azerbaijão são localizados tanto na Europa quanto na Ásia. Os Estados europeus possuem também territórios em outras regiões do mundo, territórios europeizados pelas tradições e convicções dos habitantes assim como pelos pensamentos e valores compartilhados, como, por exemplo, a França (por exemplo as ilhas de Guadalupe e Martinica no mar do Caribe, a Guiana Francesa no nordeste da América do Sul), o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (por exemplo as Ilhas Virgens e a ilha de Montserrat no mar do Caribe e as Malvinas no sul da América do Sul), a Espanha (por exemplo as Canárias, ilhas no noroeste da África e a cidade de Ceuta, localizada na África do Norte) e os Países-Baixos (por exemplo as ilhas de Saba, Bonaire e Curaçau no mar do Caribe, próximas à Venezuela) ou a Dinamarca, que compreende a ilha de Groenlândia, que pertence, geograficamente, à América do Norte).

Por outro lado, há Estados, pertencendo a instituições européias, que são localizados fora das

fronteiras da Europa, como, por exemplo, o Chipre, desde 2004 membro da União Européia. O Chipre é situado no Leste do Mediterrâneo e, com isso, geograficamente fora da Europa. Membros do Conselho da Europa (*Europarat*) são também a Armênia, o Azerbaijão e a Geórgia, todos Estados localizados na região além do Cáucaso, considerado tradicionalmente, a fronteira natural da Europa. Quanto ao esporte e à cultura, também o Estado de Israel participa de instituições e organizações européias, considerado devido à imigração européia, pertencente à comunidade européia, pois, compartilha os mesmos valores intelectuais e morais, da mesma maneira como os Estados Unidos da América, o Canadá ou Austrália, os quais se desenvolveram de antigas colônias européias e com uma grande parcela de imigrantes europeus. Claro que a herança européia nesses países se modificou no decorrer do tempo, pelo convívio e pelo confronto com as civilizações e culturas autóctones, mas permaneceu determinante e influente sobre as respectivas sociedades. Isso é válido, *cum grano salis*, também para os Estados da América Latina, cujas populações são compostas, em grande parte, por imigrantes da Europa.

As fronteiras européias se mostram inexatas e o caráter daquilo que é a Europa é impreciso e não pode ser definido de maneira inequívoca. As fronteiras da Europa confundem-se, são vagas e se perdem no mundo globalizado. Diante dessa imprecisão, quanto às fronteiras geográficas, quais são os fundamentos políticos e intelectuais específicos dessa Europa difusa, sobre os quais está sendo construída, em nossos dias, a casa coletiva da Europa? Quais são as experiências, tradições e idéias que deram à Europa o seu perfil, uma identidade coerente e compartilhada, em princípio, por toda a população européia – dentro do continente e para além dele? – Em seguida, gostaria de apresentar alguns fenômenos históricos que exerceram a partir da Antiguidade até os Tempos Modernos influência notável sobre a Europa e os europeus, e estão presentes ainda hoje, de modo consciente ou inconsciente.

A Antiguidade grega: o nascimento da Europa em confronto com a Ásia

Na Antiguidade, não havia uma noção exata nem do número dos continentes nem da sua definição geográfica. Foram mencionadas a Europa e a Ásia como continentes principais, e a África considerada como anexo seja da Europa ou seja da Ásia. Obviamente, também devido à influência judaica, especialmente da história da emissão dos três filhos de Noé, transmitida no livro Gênesis do Antigo

Testamento, o esquema tríplice foi reconhecido geralmente. A palavra Europa tinha um significado duplo: designando, por um lado e certamente de modo original, uma certa região concreta nos Balcãs ou na Grécia, por outro lado e plenamente no sentido de hoje, todo o continente. Assim o termo Europa era na Antiguidade oscilante e foi usado, segundo o historiador Andreas Michler, “de maneira notadamente polivalente” (MICHLER; SCHREIBER, 2003, p. 37-41). A questão da localização da Europa não ficou esclarecida na Antiguidade, já que o estreito dos Dardanelos ou, como foi chamado também na Antiguidade, o Helesponto não foi compreendido como fronteira divisória entre civilizações distintas.

Foi nessa região do Mar Egeu, localizado entre a terra firme da Grécia, a Ásia Menor e, ao sul, Creta e outras ilhas menores e que dá acesso tanto ao Mediterrâneo como ao Mar Negro, onde foi feito o passo do mito para o lógos, do mundo de Homero e Hesíodo para o mundo do intelecto reflexivo dos pré-socráticos. Essa transformação se realizou, portanto, no encontro da Ásia e das suas civilizações localizadas, na sua maioria, no Próximo Oriente, com a Europa localizada na periferia. “A Europa era, pelo mais longo tempo da sua história”, formula o historiador alemão Imanuel Geiss, “periferia subdesenvolvida, fornecendo matéria-prima para os centros do poder e da civilização (no Oriente)”. (GEISS, 1993, p. 15). Após mudanças climáticas e políticas, novos povos se estabeleceram nessa periferia das civilizações do Antigo Oriente: foram os gregos, nascidos da fusão de imigrantes indogermânicos com as etnias autóctones e que começaram a se espalhar nos territórios em volta do Mar Egeu migrando a partir do século XI a.C. para a Ásia Menor e a partir do século VIII a.C. para a Sicília, Itália meridional e a África do Norte, e foram, mais tarde, os itálicos, os antepassados dos romanos (KREFELD, 1972).

Sob essas circunstâncias gerais, na Europa bárbara se estabeleceram os primeiros centros culturais e de poder, numa relação dialética com as civilizações orientais, por um lado relacionadas a elas, por outro lado emancipando-se delas. Essa relação é refletida na mitologia grega e romana, nas figuras da Europa, acima mencionada, ou na figura de Enéas, que veio da Troia e se tornou o tronco dos romanos. Os gregos e os romanos ainda tinham uma consciência dessa dependência: *Ex oriente lux*, quer dizer, a luz vem do Oriente, e, de fato, o berço da europeidade fica lá: filosofia e matemática vieram da Ásia Menor, colonizada pelos gregos a partir de 1100

a.C. Thales de Mileto veio de uma cidade localizada no Ocidente da Ásia Menor, e outros filósofos pré-socráticos vieram também da mesma região. Herodoto de Halikarnassos (484-425 a.C.), considerado o pai da historiografia, nasceu também numa cidade localizada na Ásia Menor, hoje Turquia.

Os homens começaram a se ocupar, de modo racional e lógico, com as questões da teogonia e cosmogonia, da cosmologia e antropologia assim como dos pressupostos, determinantes e determinações da vida humana. Surgiram os primórdios de ciência, história e filosofia *latu sensu*, incluindo tanto as ciencias humanas como também a matemática e as ciencias naturais e exatas (REALE, 2004, p. 45-69). Ocupar-se com o uso da razão e do intelecto, com as questões do homem e do mundo parece ser uma característica dos homens europeus, que se encontra no decorrer dos séculos da história europeia em vários momentos: nos tempos da Renascença e do Humanismo, do Esclarecimento e do Iluminismo assim como nos séculos XIX, XX e XXI, com uma multiplicidade de avanços e progressos científicos e técnicas em várias áreas da vida humana –uma característica não exclusiva e distintiva dos homens de outros continentes e de outras civilizações, mas, típico e significativo.

Herodoto de Halikarnassos tematizou as lutas acirradas entre a Europa (Hellas) representada pelos gregos como expoentes da nova civilização e a Ásia, representada pelos persas que naquele momento histórico, quando a Europa começou a se emancipar, tornaram-se os bárbaros – uma inversão total das condições políticas, econômicas e culturais anteriores. Enquanto nas epopeias de Homero a guerra troiana foi representada como guerra “entre adversários, em princípio iguais” (MICHLER; SCHREIBER, 2003, p. 41, aqui p. 42), desde as obras de Heródoto às lutas acerca de Tróia foram enquadradas numa série de guerras entre os gregos e os persas, construindo assim um antagonismo principal entre a Europa e a Ásia, as quais “se tornaram, num certo sentido, inimigas hereditárias” (MICHLER; SCHREIBER, 2003, p. 43). Os gregos, que se compreenderam como europeus, começaram a se definir culturalmente diante dessa antítese e, mais e mais, em oposição à Ásia: a Europa defendendo a autonomia e a liberdade e as estruturas políticas de cidades-estados (póleis) e de democracia, e a Ásia representando a monarquia e a tirania (*tyrannis*) assim como a servidão e o luxo exagerado (MICHLER; SCHREIBER, 2003, p. 43-48).

Não são esses clichês preconceituosos na descrição dos continentes e seus habitantes que

chamam a nossa atenção, mas sim o fato de que a identidade européia foi construída diante dessa oposição ao mundo bárbaro da Ásia. A construção e consolidação da própria identidade em contraposição a um ambiente alheio e inimigo é, por um lado, um instrumento político comum e usado, muitas vezes, no decorrer da história mundial e caracteriza bem as condições específicas da Europa a partir da Antiguidade – de uma Europa que se sentiu confrontada a partir do século VII com a doutrina religiosa de Mohammed (Maomé) e a expansão dinâmica do islã e do mundo muçulmano e árabe, no século XII, com as invasões mongólicas (Dschingis Khan (1155?-1227) e o seu neto Batu Khan (1205?-1255?), soberano da Horda de ouro), nos Tempos Modernos com as ondas da expansão turca (chegando diante de Viena em 1529 e 1683), no século XX com o comunismo do cunho soviético e a partir do fim do século XX, com o islã fundamentalista ou as ondas de imigração descontrolada que chegam de todos os cantos do mundo, principalmente da África.

Frente a esses desafios e essas ameaças se definia – e ainda hoje se define –, o quê é a Europa, que manteve a sua relação especial com a Ásia. Após o fim da Grécia clássica na Guerra do Peloponeso (431/404 a.C.), surgiu a hegemonia da Macedônia sobre os outros Estados gregos. A Macedônia, sendo meio bárbara, meio grega, uniu, política e intelectualmente, de novo a Europa nascente e a Ásia: Alexandre, o Grande chegou com suas marchas militares até a Índia e conquistou o império dos persas, o último dos grandes impérios do Antigo Oriente. O império de Alexandre era efêmero e quebrou logo, mas, conseguiu, porém, influenciar as culturas nestas regiões do oriente, onde nasceram os impérios helenísticos dos sucessores de Alexandre, os assim chamados diádocos. A Europa, estando ainda nos primórdios e sendo muito frágil, começou a conquistar o mundo (ZINTZEN, 1999, p. 24).

Aristóteles, o famoso filósofo que era professor de Alexandre, não acompanhou o seu educando, mas com base nos relatos e nos dados colecionados, sistematicamente, por outros viajantes eruditos sobre terras, povos, animais e plantas encontrados, criou o seu grande sistema enciclopédico, estabelecendo os alicerces intelectuais da Europa e da modernidade. A obra de Aristóteles como representação geral desses conhecimentos da Antiguidade grega se tornou o ponto de referência fundamental nos próximos séculos da Antiguidade romana e da Idade Média, os seus escritos, que chegaram após a queda de Constantinopla (1453), em maior quantidade ao público humanista e acadêmico da Europa, deram

impulsos importantes ao Renascimento e à modernização intelectual do continente europeu, fossem interpretados de maneira afirmativa, ou fossem refutados. Nos tempos de Alexandre e Aristóteles, resume Imanuel Geiss “a Europa vencera, a primeira vez, a Ásia, encontrando se, porém, na tradição cultural do Antigo Oriente, transformada, porém, pelo modo grego” (GEISS, 1993, p. 18).

As experiências políticas e intelectuais do Antigo Oriente fazem parte integral da pré-história da nossa Europa. A Europa se desenvolveu, inicialmente, na delimitação da Ásia, uma vez dependente e aproveitando-se dela, outra vez se emancipando e se rebelando, sempre porém, definindo-se em relação a um outro, ou seja, ao outro no Oriente. Esses outros eram, a partir dos tempos gregos, frequentemente, os persas, os mongóis, os turcos, os muçulmanos, ou o Islã em geral – todos considerados bárbaros e, a partir da queda de Constantinopla, inimigos mortais dos cristãos, contribuindo assim, de modo negativo, para acentuar, ainda mais exatamente, a identidade européia.

Quem quer compreender, adequadamente, a Europa, deve ter consciência dessa corrente oriental na fundamentação da Europa. Sob essa perspectiva, aliás, uma associação da Turquia à União Européia seria consequente e lógica, apesar de todas as reservas e objeções, que existem na área política.

O Império Romano: língua latina como transmissora da civilização antiga

Os romanos assumiram a herança dos gregos, os quais haviam já estabelecido contatos permanentes com a Itália Meridional, acentuando mais o cunho específico ocidental-europeu, mas ainda mantendo a relação dialética com o Oriente. Com as conquistas do Oriente grego, Roma, localizada na periferia, conectou-se à antiga civilização grega. Roma tornou-se a nova metrópole: Cidade-Estado e centro de um império extenso, estabelecido ao redor do Mediterrâneo, do *Mare Nostrum*. “Assumindo a herança grega, o Império Romano com a sua dupla cultura latino-grega se tornou a nova Europa” (GEISS, 1993, p. 20). Com a expansão do Império Romano, os valores das civilizações antigas foram disseminados até às ilhas britânicas, à Gália e à Germânia. Enquanto os gregos eram mais dedicados a pensar, raciocinar e teorizar, os romanos sabiam receber os resultados intelectuais dos gregos, melhorá-los, usá-los e aplicá-los na prática e criar assim, uma civilização integral que contribuiu para a consolidação do seu poder político (ZINTZEN, 1999, p. 34). O Império Romano como sistema de

paz e de direito e como região económica unificada com uma só moeda (MALITZ, 2003, p. 86) representou, naquele momento, a Europa, em toda a sua riqueza multifacetada.

Por causa disso, Francesco Petrarca fez, no início do Renascimento, a seguinte pergunta retórica: “Qual outra coisa é, portanto, toda a história do que um elogio a Roma?” (BUCK, 1992, p. 45) E no século XIX, Leopold von Ranke, um dos fundadores das ciências históricas modernas, declarou nas suas preleções, feitas diante o rei da Baviera Maximiliano II: “Pode se dizer, que toda a história antiga deságua na história romana como um rio que desemboca numa lagoa, e que toda a história moderna remonta, de novo, à história romana. Ouso afirmar, que toda a história não valia nada se não tivessem existido os Romanos” (RANKE apud BUCK, 1992, p. 45). Os dois concordam na sua avaliação da história romana, que se tornou imprescindível para a fundamentação de toda a história pós-antiga e da Europa, ou seja, como o historiador August Buck formula, „a tradição romana é constitutiva para a Europa“ (BUCK, 1992, p. 45). De fato, a Europa permaneceu por muitos séculos idêntica ao Império Romano, que constituiu aproximadamente só um terço da Europa geográfica, separando por uma fortificação enorme, pelo assim chamado *Limes*, essa parte civilizada dos outros dois terços, meio bárbaros ou vistos como plenamente bárbaros. A Europa se desenvolveu dos dois lados da fronteira do *Limes*. A fronteira, seja política ou intelectual, seja cultural ou geográfica, fez parte da Europa e deveria fazer parte também no futuro.

A grande influência do império romano e da sua civilização se manifestou, principalmente, em três áreas: na disseminação da língua latina, na transmissão dos *artes liberales*, compreendidos como conjunto dos conhecimentos humanos do mundo antigo, e na constituição normativa do Direito Romano (ZINTZEN, 1999, p. 35). Foi a língua latina, que serviu como meio de conquista e de expansão e, ao mesmo tempo, também como meio civilizador e de assimilação. O Latim deu à civilização dos romanos, ou seja, ao sistema romano, a unidade e a coesão, abrangendo todos os aspectos do Estado e da sociedade. O Latim foi, por um lado, a língua do poder político e das suas elites, que governaram por meio de um sistema administrativo muito eficiente e por leis escritas, do centro de Roma todo o império romano até as províncias longínquas na periferia, por outro lado, a língua dos eruditos, da filosofia e ciência, da literatura e história, da cultura e educação: o meio mais importante de comunicação e intercâmbio intelectual, o qual possibilitou a disseminação de

conhecimentos e valores, comportamentos e atitudes dentro do império romano e exerceu influência também além das fronteiras do *Limes*. O Direito Romano, por exemplo, a única inovação genuinamente romana, que representou, de uma certa forma, a base escrita do Estado e da sociedade dos romanos, tornou-se no decorrer dos próximos séculos até os Tempos Pré-modernos, sempre mais importante, desdobrando os seus efeitos reguladores, normativos e unificadores em toda a Europa.

No caos de transição e transformação da Antiguidade para a Idade Média, a língua latina se tornou um instrumento de estabilidade, que conservou os conteúdos de toda a erudição greco-romana e garantiu a sua transmissão para a Idade Média e os Tempos Modernos. Ao mesmo tempo o Latim formava o fundamento do qual nasceram as diferentes línguas populares principalmente da família romana (ZINTZEN, 1999, p. 34-37). Na renascença carolíngia, a Antiguidade era, conscientemente, retomada, servindo como modelo e fundamento do novo império. Como instrumento de comunicação no novo Império serviu, de novo, o Latim, acima da variedade de povos unidos nesse novo império. Devido ao fato de que a língua falada do Latim já estava num processo avançado de transformação, Carlos Magno (768-814) introduziu o Latim como língua oficial.

O Latim se tornou no império carolíngio, outra vez, a língua da legislação e da administração, da literatura e da ciência e, com isso, a língua das elites, do clero e da comunicação entre eles. Diante do fato de que os povos utilizaram as suas línguas populares, Carlos Magno se tornou, segundo Manfred Fuhrmann, “o criador do bilinguismo da Idade Média e dos Tempos Modernos, isto é, a confrontação de uma multidão de línguas populares (vulgares) e o único Latim” (FUHRMANN, 2002, p. 15). O estabelecimento de um sistema escolar, especialmente nas cidades episcopais e nos mosteiros, segundo princípios uniformes e sob uma fiscalização rigorosa, garantiu, que o idioma do Latim pudesse ser aprendido segundo as mesmas regras e sem diferenciações locais. Esse sistema escolar sobreviveu ao próprio Carlos e ao seu império, perdurando até os tempos do Renascimento e da Reforma e contribuindo assim para a re-civilização da Europa após as perturbações dos Tempos da migração.

O Latim era a língua dos poderosos e da diplomacia, da igreja católica e dos eruditos. A linguagem científica na Idade Média e nos Tempos Modernos seria impensável sem a fundamentação latina. O Latim é a língua da Europa intelectual, “em que se articulou todo o pensamento europeu a partir

da Antiguidade até o presente” (BUCK, 1992, p. 49-51, aqui p. 49). Na diplomacia e no direito internacional a língua latina foi até o século XVII o meio preferido e exclusivo de comunicação nas negociações entre os imperadores e os papas, entre os soberanos conflitantes e entre os Estados pré-modernos nascentes, a fim de terminar conflitos e guerras. Os dois tratados de paz, que puseram fim à Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), o *Instrumentum Pacis Osnabrugense*, resultado das negociações na cidade alemã de Osnabrück entre o império romano-germânico e o reino da Suécia, e o *Instrumentum Pacis Monasteriense*, resultado das negociações na cidade de Münster entre o império romano-germânico e o reino da França, foram escritos em Latim. Só a partir daí, o francês começou a substituir a língua latina como língua geralmente reconhecida da diplomacia, seguido no século XIX pelo inglês.

Partindo do fato de que a frase fundamental para a epistemologia moderna foi formulada em Latim – *Cogito ergo sum* de René Descartes – levou o filólogo clássico Karl Büchner a arriscar a afirmação, “que a língua latina havia criado a Europa” (BUCK, 1992, p. 49).

Além da mera língua latina, toda a Antiguidade greco-romana influenciou, notavelmente, a Europa posterior. O Humanismo na época renascentista, que contribuiu para abrir a porta para a modernidade, orientou-se, além do Latim, no conjunto da civilização greco-romana e dos seus valores e virtudes, os quais impulsionaram o desenvolvimento intelectual da Europa e do mundo inteiro. E o modelo da Antiguidade serviu mais uma vez como modelo ideal: no Neo-Humanismo do século XIX, quando Wilhelm von Humboldt estabeleceu, com base na civilização greco-romana e nas línguas clássicas, novos fundamentos para o ensino médio e superior, com repercussões em toda a Europa.

O Cristianismo e a Igreja Católica

Não é possível, portanto, subestimar a importância do Latim como força unificadora da Europa, tanto mais quanto é certo que o Latim foi relacionado, inseparavelmente, com uma religião poderosa, a qual havia nascido na Antiguidade e determinou, significativamente, a Idade Média e a maior parte dos Tempos Modernos na Europa e chegou a ser propagada em todo o mundo: o Cristianismo, que ainda na Antiguidade estabeleceu uma instituição duradoura e de grande estabilidade diante todas as perturbações da história européia: a igreja católica. A hierarquia e a organização da igreja se tornaram as instituições mais importantes para

conservar a civilização da Antiguidade, dando por exemplo, pelo uso do Latim continuidade na Idade Média à cultura, às habilidades de ler e escrever, e ao trabalho intelectual em geral.

No Oriente do Império Romano nasceu pela separação do Judaísmo o Cristianismo. Os primórdios do Cristianismo se realizaram nessa região. No decorrer da disseminação rápida, essa nova religião chegou a Roma, onde conseguiu, num processo conflituoso, ser decretada a religião oficial do Estado (380 d.C.). Ao lado do Judaísmo e do Islã, o Cristianismo é a terceira grande religião monoteísta, a qual exerceu influência notável sobre a humanidade. O Deus cristão é um Deus pessoal, estabelecendo relações diretas entre o indivíduo fiel e Deus. O mundo e o Além estão entrelaçados, por um lado, pela atuação de Jesus Cristo, por outro lado pela certeza, de que a vida humana é direcionada ao Além paradisíaco, que pode ser adquirido, segundo a mensagem da salvação, por uma vida cristã; a concepção cíclica da história antiga passou para uma concepção linear e teleológica. Desses fundamentos do Cristianismo podemos derivar, a despeito das verdades religiosas, que não nos interessam, algumas características, que possam descrever as particularidades do homem europeu: a individualidade do homem quase igualado a Deus, a liberdade de seguir o caminho cristão ou não, a orientação em objetivos claramente definidos, a necessidade de atuar por si mesmo (vida ativa) a fim de chegar a esses objetivos. Claro que estas considerações são especulativas e vistas *ex post*, porém, descrevem uma disposição geral do homem europeu, que resultou em manifestações diferentes dependendo das respectivas circunstâncias.

No Cristianismo, houve dois estados: o laicato e o clero. Na organização eclesiástica podem ser percebidas duas vertentes: o clero secular, do sacerdote, passando pelo bispo e indo até o papa, representando a igreja diante do mundo, e de certo modo como antítese, o monacato: monges e freiras, reunidos em locais claustrais e separados do mundo (mosteiros e conventos), dedicados à veneração de Deus e à contemplação meditativa, mas sempre mais também à educação e erudição, à enfermagem e ao trabalho colonizador e civilizador da terra e da sociedade. O monacato como forma específica da vida religiosa encontra-se em toda a Europa, tanto no Ocidente como no Oriente, participando na formação religiosa e intelectual da Europa (SEIBT, 2005, p. 310-324).

O fato de que o Cristianismo surgiu na oposição contra o império romano, criticando, por exemplo, o culto religioso ao Estado ou a idolatria do domínio e dos dominantes, resultou numa certa distancia entre

o reino do mundo (poder secular) e o reino de Deus (poder eclesiástico) no Cristianismo, assim que “a política já não é nada divino, mas sim é libertada para si mesma, para os seus próprios fins temporais” (MAIER apud GOTTO, 1999, p. 77). Essa separação entre a autoridade profana e a autoridade de Deus, acentuada mais tarde por Martinho Lutero (1483-1546) e a sua doutrina dos dois regimentos de Deus (BLICKLE, 1982, p. 46), continha em si o germe de secularização – uma característica que aumentou, enormemente, no decorrer dos tempos e pode ser considerada um fundamento da realidade européia.

A religião cristã nascente se conectou com o Império Romano, aproveitando a infraestrutura do Estado e se radicando, inseparavelmente, com a civilização romano-européia. Assim, o Cristianismo contribuiu muito para a conservação dos valores intelectuais e culturais da civilização antiga. Esse processo de amálgama se realizou numa forma dialética, quer dizer, aproveitando-se dos fundamentos intelectuais e das estruturas estabelecidas e, ao mesmo tempo, se distanciando e se emancipando desses alicerces pagãos ou até combatendo-os, de modo intransigente. A *Roma pagana* [pagã] se tornou a *Roma cristiana* [cristã], o *orbis terrarum* se transformou no *orbis cristianus*, “assim que os universalismos romano e cristão se confundiram” (BUCK, 1992, p. 46).

Contudo, o Cristianismo não era e não permanecia a religião exclusiva na Europa, consolidou-se, porém, como religião dominante no Ocidente. Da mesma maneira, como o Cristianismo havia se adaptado e se apoderado das tradições antigas, realizou-se o processo complexo de cristianização frente às diferentes culturas populares (*Volkskulturen*) em toda a Europa. Foi um processo de longa duração, que passou por etapas diferentes e de modo variado, de região a região. Instrumentos de cristianização foram, às vezes, força e violência, como a missionarização violenta dos Saxões por Carlo Magno, às vezes, pregações, catequese e a construção de igrejas. Esse processo multifacetado de acomodação e de assimilação, do qual o Cristianismo saiu com sucesso, sem poder, porém, erradicar, totalmente, as tradições e culturas nativas, é típico para o Cristianismo assim como para a Europa.

Temos que considerar também, que o Cristianismo não era um bloco monolítico. Ele estava, desde o início, num processo de diferenciação permanente, no qual havia tendências e correntes variadas, que conviviam ou se enfrentavam. As tendências divergentes entre Roma e Constantinopla, nos dois impérios herdeiros do

antigo Império Romano, eclodiram, em 1054, num cisma, o qual separou a igreja católica-latina no Ocidente da igreja greco-ortodoxa no Oriente, desta se emancipou, por sua vez, em 1448, a igreja russo-ortodoxa: Moscou, a nova metrópole do Império Russo, se tornou a terceira Roma (RÖSSNER, 2009, p. 170-181). A partir daí, três correntes do Cristianismo exerceram influência sobre a Europa (ASCHE, 2009). Na época da Reforma Protestante e do Confessionalismo, quando se formaram no Ocidente as grandes confissões (católica, luterana e calvinista) e outras dissidências e seitas, esse processo de diferenciação religiosa aumentou. Os processos de divisão, separação e de fragmentação podem ser considerados constitutivos para a religião e para a religiosidade na Europa.

Além desses processos de diferenciação, podemos constatar, que a igreja católica era, desde o início, sempre confrontada com outras religiões, como por exemplo o Judaísmo. Desde a destruição do templo judaico em Jerusalem e a expulsão dos judeus pelos romanos, eles percorriam toda a Europa, combatidos e perseguidos pelo Estado, pela igreja e pela sociedade, mas deixando os seus vestígios em muitos países europeus. Uma terceira religião monoteísta encontra-se a partir do início do século VIII no solo da Europa: o Islã. A partir daí, houve lutas permanentes, a fim de reconquistar as partes da Península Ibérica dominadas pelos árabes muçulmanos, mas houve também períodos longos de boa convivência entre os cristãos e os muçulmanos, que exerciam influência notável sobre as áreas de arte, arquitetura e ciência na Europa.

Tanto na sua forma católica, na qual ele determinou a Idade Média e a maior parte dos Tempos modernos, como nas suas manifestações protestantes, que nasceram no início da modernidade, o Cristianismo é caracterizado por um universalismo tendencialmente ilimitado. A doutrina cristã deve ser disseminada, em princípio, em todas as regiões do mundo. Assim, o Cristianismo é, segundo a sua auto-compreensão, profundamente expansionista. Tudo isso, que impede essa disseminação, tem que ser superado: limites geográficos, limites naturais, limites políticos, limites religiosos. Estas são as condições gerais, sob as quais se realizaram a Reconquista, as cruzadas e a missionarização do Novo Mundo. Esse expansionismo, porém, mesmo sendo estrutural e inerente ao Cristianismo, não chegou a ser realizado totalmente, mas encontrava-se atenuado e relativizado pelas realidades das fronteiras.

Apesar dessa tendência expansionista do Cristianismo, não é possível, portanto, considerar a Europa, exclusivamente, cristã, mesmo tendo sido o

Cristianismo que determinou, profundamente, a Idade Média e os Tempos Modernos no continente, assim que a Europa nessa época era quase idêntica com a *christianitas*. Mais característicos são o convívio e o confronto assim como os processos de assimilação e diferenciação do Cristianismo em relação com os cultos religiosos pagãos, em relação com outras religiões mundiais (Judaísmo, Islã) e em relação ao próprio Cristianismo com as suas correntes e direções variadas. Claro que as lutas e os conflitos eram violentos e intransigentes, mas, desse confronto das verdades religiosas absolutas proveio, no decorrer dos tempos, uma certa tolerância frente às outras religiões. Esta tolerância, nutrida também por um certo desinteresse dos homens secularizados em questões religiosas, parece sempre mais típica para a Europa de hoje.

A universidade como instituição européia

Universidades como instituições do ensino superior encontram-se hoje em todos os continentes, as suas origens, porém, remontam ao mundo medieval da Europa, onde nasceram no século XII. Elas podem ser consideradas, como o historiador alemão Peter Baumgart afirma,

uma instituição de ensino especificamente européia da Alta Idade Média e dos Tempos Modernos ..., a qual não pode ser derivada de uma instituição de ensino de nenhuma outra civilização desenvolvida, nem do mundo greco-romano na sua manifestação antigo-bizantino, ... nem das culturas islâmica ou judaica com as suas escolas de Corão e do Talmude ... (BAUMGART, 1993, p. 71).

A nova cientificidade da Escolástica, por um lado, e as transformações sociais ocorridas no século XII, que se manifestaram em novas formas corporativas da sociedade, como as corporações, as guildas ou as ordens religiosas, por outro lado, resultaram na fundação das primeiras universidades na Europa – instituições diferentes das academias e ginásios da Antiguidade, das escolas existentes no oriente e das instituições para formar médicos e juristas (MÜLLER, 1996, p. 9).

No ponto de vista da disseminação, o modelo da universidade européia foi um grande sucesso, como somente os números provam: Após os primórdios no século XII e XIII, com as fundações em Bolonha, Paris e Oxford, havia, por volta de 1300, já cerca de 20 universidades na Europa e cem anos mais tarde (1400) cerca de 30 universidades. Ao todo, foram fundadas entre 1200 e 1500 quase 80 universidades na Europa: cerca de 20 na Itália, na França e no Sacro Império Romano-Germânico, 8 na Espanha e em Portugal, 7 nas ilhas britânicas, 3 na Europa

Oriental (Cracóvia, Pecs, Buda) e 2 na Escandinávia (Copenhague e Upsala) (MÜLLER, 1996, p. 12, 44; VERGER, 1996, p. 59).

Entre 1500 e o fim dos Tempos Modernos, o número de universidades subiu a 143 universidades, *stricto sensu* na Europa (até 1790) (MÜLLER, 1996, p. 55 e 65). Além disso, as universidades foram implantadas, no mesmo período, também na América do Norte, América Central e na América do Sul e começaram a conquistar todos os cantos do mundo. Hoje em dia, a instituição universitária está presente no mundo inteiro, sendo, depois da igreja católica, a instituição européia mais antiga (KOCH, 2008).

As universidades se tornaram, no decorrer da Idade Média e dos Tempos Modernos, lugares de literatura (escrita) e cultura, de ciência e pesquisa e de discussão e reflexão. Com base nas tendências políticas e intelectuais contemporâneas, os professores e eruditos acadêmicos se dedicaram nessas instituições de ensino superior às questões fundamentais do homem, do mundo e do Além, dando à Europa uma fundamentação intelectual, sempre mais racional e secular e contribuindo, especialmente a partir da época do Humanismo renascentista, por meio de cartas, viagens e encontros para estabelecer um público intelectual europeu (BURKE, 1998).

Apesar da fase inicial, quando as primeiras universidades se constituíram, elas se encontraram numa relação estreita com as autoridades seculares e eclesásticas e, mais tarde, com o Estado e a sociedade. Assim, as universidades contribuíram, por um lado, para a consolidação e, por outro lado, para o desenvolvimento dinâmico dos respectivos sistemas estabelecidos. Inicialmente, as universidades estavam sob a tutela rígida da igreja, dela tentaram se distanciar com o tempo, sempre mais. Na época do Confessionalismo, no início dos Tempos Modernos, nos séculos XVI e XVII, quando no decorrer da Reforma e da Contra-Reforma as três igrejas católica, luterana e calvinista nasceram e se organizaram em confronto uma contra as outras,² as universidades recaíram mais fortemente na fiscalização das respectivas igrejas nascentes, antes de ter se feito notar sempre mais o processo de secularização nelas – processo típico de toda a Europa – e os Estados começaram se apoderar, mais notadamente, dos recursos universitários.

² O conceito historiográfico do Confessionalismo defende a tese, de que as três igrejas nasceram e se institucionalizaram, paralelamente, a partir do século XVI, cada uma delas se considerando como a religião original e pretendendo continuá-la e reconstituí-la; de fato, todas estas igrejas continham elementos velhos e novos (BURKHARDT, 2009, p. 32).

**Do Império Romano ao Império Romano-Germânico:
*translatio imperii***

A Europa demonstra, quanto aos sistemas de governar, uma grande variedade, compreendendo formas muito diferentes do poder e de governo, que podem ser subsumidas nas categorias clássicas de Aristóteles, a saber a democracia, a aristocracia e a monarquia. Estados, porém, no sentido de Estado verdadeiro, constituíram-se, na sua maioria, só a partir do início dos Tempos Modernos, quando os dominantes conseguiram, aos poucos, o monopólio dos direitos e poderes estatal, financeiro e jurídico e, finalmente, a plena soberania dentro e fora. Estes Estados provieram, em núcleo, do seio do antigo Império Romano, dividido no Império Romano Ocidental e no Império Romano Oriental. A divisão e a separação, ou seja, a fronteira se tornou mais uma vez significativa na história da Europa.

Os dois impérios sucessores do antigo Império Romano formaram, ao longo dos tempos, dois pólos culturais diferentes, os quais permaneceram relacionados um com o outro. Roma e Constantinopla provieram das mesmas raízes, por um lado, as duas expostas às turbulências das migrações e invasões bárbaras e precisando uma da outra, por outro lado, concorrendo pela herança autêntica do antigo Império Romano. Enquanto a Roma Ocidental chegou, em 476 d.C., ao fim, Bizâncio manteve toda a riqueza da tradição cultural antiga. No Ocidente os fundamentos políticos e intelectuais do Império Romano foram revividos e renovados por Carlos Magno, enquanto Bizâncio, no decorrer dos séculos, foi atingida por estagnação e declínio, distanciando-se, mais e mais, da Europa latina, sem cortar, porém, todas as relações existentes. Houve uma consciência nítida do entrelaçamento e do passado comum (GEISS, 1993, p. 23-27).

Na transição da Antiguidade para a Idade Média, a nova estrutura e hierarquia da igreja católica contribuiu muito para a legitimação do novo império de Carlo Magno e dos seus sucessores. Nas idéias contemporâneas, o Império Romano (Ocidental) da Antiguidade foi transformado no Império Romano-Germânico, ou seja, renasceu nele (idéia de *translatio imperii* ou *renovatio imperii*). O domínio romano foi confiado integralmente aos Francos e aos Teutônicos, quer dizer, aos Carolíngios, uma idéia baseada no ato simbólico da coroação tanto de Carlos Magno, em 800 na cidade de Roma, pelo papa como chefe da igreja romana, quanto de Otto o Grande (912-973), em 962, também em Roma (FISCHER, 1957).

Por estas elevações, o imperador recebia o protetorado sobre toda a cristandade e assim, uma

certa superioridade sobre todos os outros reinos da Europa. Imperador e império assumiram um papel salvador. O Império Romano-Germânico se tornou, conseqüentemente a partir dos tempos do Frederico I, chamado o Barba Ruiva, e das Cruzadas, o Sacro Império Romano-Germânico, onde havia nascido Cristo o Salvador e que representou a Cristandade ocidental-européia. Segundo a doutrina dos quatro impérios, derivada da Bíblia e, mais especificamente, do livro do profeta Daniel (A BÍBLIA, 1995. cap. 2), o Império Romano era considerado o último de quatro impérios. O primeiro era, segundo este profeta, o império de ouro, ou seja o babilônico, o segundo era o império de prata ou, dos Persas, o terceiro era o de bronze, ou grego, e o quarto e último era o de ferro, ou romano. Neste império esperava-se o aparecimento do Anti-Cristo e o Juízo Final (Dn, 2).

Enquanto no império bizantino, na continuação das estruturas antigas o imperador era o poder absoluto, total e autocrata, que exerceu o domínio tanto sobre o Estado quanto sobre a igreja, quase numa forma de Cesaropapismo teocrático, no Ocidente latino os dois poderes universais, Império e Papado, caminhavam juntos somente por um tempo determinado, a fim de organizar a Europa na transição perturbada da Antiguidade para a Idade Média. Logo eclodiram lutas entre as duas autoridades espiritual e secular pela superioridade – um princípio frutífero e criativo, que resultou numa dinâmica extraordinária, que deveria caracterizar a realidade européia. Formaram-se duas hierarquias, entrelaçadas de maneira múltipla: uma eclesiástica, do sacerdote até o papa, a outra feudal-secular, do vassalo até o imperador. No contexto dessas lutas entre o império e o papado, o complemento ‘sacro’ demonstra, claramente, que o poder imperial não derivava do Papado, mas sim, era confiado ao imperador pelo próprio Deus. O poder imperial e o poder papal tinham o mesmo valor e os mesmos direitos. Essa dicotomia de poder abriu o caminho para a liberdade. Os bispos, por exemplo, ao mesmo tempo líderes eclesiásticos e príncipes seculares, estavam num conflito especial de lealdade,. Essa “dialéctica da liberdade pela necessidade de decidir-se, estendeu-se”, segundo Imanuel Geiss, “a todos os outros cargos superiores nas duas hierarquias do Ocidente latino” (GEISS, 1993, p. 33), privilegiando, assim, especificamente, o elemento da liberdade. Contudo, também a herança bizantina faz parte da Europa assim como as tradições do império russo, que foi integrado, pelo menos com respeito à sua parte ocidental, no decorrer dos Tempos Modernos à Europa, especialmente pela atuação do Czar Pedro, o Grande (1672-1725) (ASCHE, 2009, p. 38). Como

o Cristianismo formava três correntes diferentes, o estoque de idéias e tradições políticas resultou de três fontes diferentes; a identidade política da Europa é caracterizada pela dialética entre liberdade e servidão.

Enquanto na Europa Oriental o sistema de governar era mais autocrático e despótico, na Europa Ocidental predominou o domínio dividido, ou, dualista. Isso se manifestou nas lutas acerca da investidura, que enfrentaram a partir do século XI os dois poderes universais, o Império e o Papado, mas também no feudalismo europeu, caracterizado por uma relação de fidelidade mútua entre o senhor e o vassalo. Mesmo no Absolutismo dos séculos XVII e XVIII, que nunca pôde ser realizado numa forma pura, nem na França de Luís XIV (1643-1715), nem na Prússia do Frederico II (1712-1786), houve dois pólos de poder: o pólo monárquico representado pelo rei ou pelo príncipe e o pólo corporativo, representado pelas corporações. Os dois pólos permaneceram ligados, disputando, acirradamente, poder e superioridade, porém, sempre obrigados a negociar ou a colaborar. Essa reciprocidade nas relações do poder entre o senhor e o vassalo, entre o príncipe e as corporações, a qual possibilitou e garantiu, em princípio, um domínio consensual (HENSHALL, 1992; EBERHARD, 1999), faltava, totalmente, nos Estados e impérios do Oriente, bizantino ou asiático.

O historiador alemão Otto Hintze (1861-1940) falou, em 1931, do ‘espírito dualista’ da Europa, que havia produzido a constituição corporativa (*Ständische Verfassung*) do Ocidente. Esse dualismo, que caracterizava o domínio e o poder, é, segundo a convicção de Heinrich August Winkler (*1938), apresentada, em 2007, ‘tipicamente ocidental’ ou europeu, incluindo, além disso, o direito corporativo de resistência/oposição (*Widerstandsrecht*) contra os príncipes que haviam estabelecido um domínio arbitrário ou tirânico ou pretenderam isso. Winkler continua: “O Dualismo é, em princípio, já um pluralismo e este pluralismo elementar era a condição, de que o espírito tipicamente ocidental [europeu] do individualismo conseguiu se desenvolver. O dualismo continha em si a semente da liberdade, o que é a característica significativa do Ocidente” (WINKLER, 2009).

Com a dissolução sucessiva do Império Romano-Germânico e com a consolidação dos Estados Nacionais, surgiu a necessidade regras geralmente reconhecidas, para regulamentar as relações entre os Estados pré-modernos nascentes. Os dois poderes universais tradicionais (BRANDMÜLLER, 2002, p. 34-38), o Papado e o Império, já haviam perdido a sua influência superior

e foram enfraquecidos, decisivamente, devido à Reforma Protestante, que fez terminar a unidade da cristandade ocidental. Essa necessidade aumentou na virada para os Tempos Modernos, quando a expansão européia resultou nas navegações para a Índia e nos descobrimentos do Novo Mundo, enfrentando, assim os Estados cristãos-europeus com Estados não-cristãos. Foram Francisco de Vitoria (1483?-1546), representante da Escolástica ibérica tardia, e, no início do século XVII, o holandês Hugo Grotius (1583-1645), considerado o pai do Direito Internacional moderno, que estabeleceram os novos fundamentos seculares do assim chamado *Ius Publicum Europaeum*, que regulamentou, com base na soberania e na igualdade dos Estados, as relações internacionais (KÖHLER, 2009).

Sob essas condições gerais, se constituiu o sistema dos Estados europeus, do qual o império otomano fez parte desde o início – primeiramente, de maneira negativa, como inimigo fidalgo da cristandade, possibilitando a união dos Estados apesar de todas as fronteiras religiosas no dentro do campo cristão, depois, totalmente integrado ao sistema, como sócio e aliado nos conflitos europeus. Pouco a pouco, também o império russo se adaptou e se integrou a esse sistema, conseguindo na segunda metade do século XVIII, a uma posição de destaque.

Os princípios teóricos do *ius gentium* (Direito das gentes) ou seja, do Direito Internacional moderno chegaram a ser aplicados, pela primeira vez, nas negociações de paz no fim da Guerra dos Trinta Anos, quando quase todos os Estados da Europa haviam se reunido nas cidades alemãs de Münster e Osnabrück. O tratado de paz, assinado em 1648, continha um artigo especial, em que um possível protesto do papa foi anulado, antecipadamente. Os Estados da Europa deixaram, evidentemente, a sua fundamentação cristã anterior e se constituíram de dentro para fora, e cada vez mais, em fundamentos seculares (BUSSMANN; WERNER, 2004).

Considerações finais

Voltamos ao nosso ponto de partida, à questão dos fundamentos políticos e intelectuais, que deram à Europa o seu perfil e a sua identidade particular. Fizemos um percurso rápido pela história européia da Antiguidade grega e romana e pela história medieval, destacando as instituições típicas da igreja e da universidade, até os Tempos Modernos com o nascimento do Estado pré-moderno. Quais são os alicerces políticos e religiosos da Europa que dão coesão e consistência à casa européia? Quais são os valores morais e intelectuais, compartilhados por todos os europeus?

Na realidade é difícil, quase impossível, enumerar, item por item, características típicas ou fenômenos típicos que influenciaram a Europa, de maneira direta ou indireta, óbvia ou oculta ao longo dos tempos. Pois, a Europa não é um objeto concreto, claramente definido ou definível, por causa da sua complexidade e diversidade enorme quanto à geografia e clima, história e evolução, cultura e religião, Estado e sociedade. O que nós chamamos Europa, é uma idéia, uma representação construída, cujas características dependem do respectivo recorte, do respectivo ponto de vista, das respectivas intenções, dos respectivos objetivos e fins ideológicos daquele que usa essa palavra (SCHMALE, 1997). A idéia da Europa representa somente uma construção intelectual ou um conceito, que varia de século a século, servindo como instrumento de argumentação, seja contra, seja a favor de algo.

Considerando essas dificuldades e restrições, podemos indicar algumas palavras-chave: uma certa tendência para especular e teorizar, junto com uma certa racionalidade, prefiguradas na Antiguidade grega; uma certa inteligência prática, orientada para o efeito e um certo talento administrativo, organizador e sistematizador com base numa língua comum, a qual possibilita a comunicação e a discussão geral, como herança do império latino; uma fundamentação geral pelo Cristianismo como religião mediadora entre a Antiguidade e a Idade Média, um Cristianismo, relacionado com outras religiões por convivência e diálogo, mas também por confronto e combate, caracterizado internamente pela divisão e separação e, finalmente, marcado por uma tendência notável à secularização; a universidade como instituição de ensino superior, na qual se refletem todas as tendências de cada época; quanto ao Estado, no período entre a Antiguidade e os Tempos Modernos, a presença do antagonismo entre liberdade e servidão assim como do antagonismo entre unidade e pluralidade – apesar de um desenvolvimento linear do império, uniforme e transnacional, para um sistema de Estados soberanos e iguais.

Sobre esses fundamentos muito gerais quanto ao conteúdo, foi – e ainda é – construída a casa comum da Europa. Nesse processo de construção, pode-se notar três fatores extraordinariamente produtivos: 1. a questão da fronteira, seja geográfica ou cultural, política ou intelectual, a qual existe, como se sabe, de dois lados. Deste lado da fronteira encontra-se a fortaleza da Europa, dando o sentimento de segurança e familiaridade a todos que vivem deste lado da fronteira e compartilham – ou acreditam ou

pretendem de compartilhar – os mesmos valores culturais. Do outro lado da fronteira, a *terra incognita*, uma área desconhecida, alheia e hostil, vista como insegura e perigosa, habitada por pessoas bárbaras, por estranhos e inimigos, temidos e percebidos como ameaça pelos habitantes deste lado. A dialética da fronteira representa não só na história da Europa, um princípio de dinâmica extraordinária: a fronteira deu aos europeus a base da sua comunidade, identidade e cultura, desafiou-os e impulsionou-os e forneceu a eles, finalmente, a razão e a necessidade de se defender. A fronteira fez os europeus, ao mesmo tempo, ansiosos e curiosos de ultrapassar essa limitação. Disso resultou uma mentalidade descobridora, conquistadora e missionária, a fim de entrar à terra desconhecida e conhecê-la. 2. O segundo princípio produtivo é um certo bipolarismo ou dualismo que pode ser percebido na Europa em vários fenômenos políticos, religiosos e culturais, que são estruturados em princípio, por dois núcleos ou caracterizados, no decorrer do tempo, por uma tendência forte de separação e divisão ou de diferenciação e fragmentação. 3. O terceiro princípio produtivo que sempre se fez notar na história européia, é a força de adaptação e de assimilação. Um fenômeno se adapta a um outro diferente ou oposto, resultando num terceiro fenômeno, no decorrer da cristianização da Europa, tradições culturais e religiosas da população autóctona foram integradas ao novo culto cristão, como, por exemplo, as procissões pelos campos a fim de abençoar a lavoura e para pedir uma boa safra remonta, diretamente, a cultos pagãos. As capacidades de se adaptar e assimilar a outras circunstâncias assim como de receber impulsos de fora e integrar aquilo que difere do conhecido são os pressupostos imprescindíveis da renovação e da inovação.

Esses três fatores se manifestam, claramente, não só e exclusivamente na Europa e nos europeus, trata-se, pelo contrário, de princípios de vida gerais, que podem ser observados em qualquer lugar do mundo e em toda a humanidade, porém, chegam nas respectivas unidades geográficas a resultados muito diferentes. Considerando esses três princípios produtivos e frutíferos, uma política para impedir e deter qualquer imigração de fora à Europa, defendendo o ideal de uma cultura européia pura, política esta que é realizada atualmente tanto pela União Européia quanto pelos Estados membros, mina, de facto, os fundamentos tradicionais da Europa.

Referências

- A BÍBLIA. São Paulo: Edições Loyola; Paulinas, 1995.
- ASCHE, M. Leitbild Europa. Reflexionen über die religiöse Grundierung Alteuropas an der Epochenwende vom Mittelalter zur Neuzeit. In: ELVERT, J.; NIELSEN-SIKORA, J. (Org.). **Leitbild Europa?** Europabilder und ihre Wirkungen in der Neuzeit (Historische Mitteilungen im Auftrag der Ranke-Gesellschaft. Vol. 74), Stuttgart: Franz-Steiner Verlag, 2009. p. 29-45.
- BAUMGART, P. Die Universität als europäische Bildungsinstitution. In: BÖHM, W.; LINDAUER, M. (Org.). **Europäischer Geist** – Eurtopäische Verantwortung. Stuttgart/Düsseldorf/Berlin/Leipzig: Ernst Klett Schulbuchverlag, 1993. p. 71-89.
- BLICKLE, P. **Die Reformation im Reich**. Stuttgart: Verlag Eugen Ulmer, 1982.
- BRANDMÜLLER, W. Integration Europas und Katholische Kirche. In: ELM, R. (Org.). **Europäische Identität: paradigmten und methodenfragen** (Schriften des Zentrums für europäische Integrationsforschung. Bd. 43). Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 2002. p. 33-49.
- BUCK, A. Die Präsenz des römischen Erbes in der europäischen Kultur. In: BUCK, A. (Org.). **Der europagedanke**. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1992. p. 45-57.
- BURKE, P. **Die europäische Renaissance**. Zentren und Peripherien. München: Verlag C. H. Beck, 1998.
- BURKHARDT, J. **Deutsche Geschichte in der Frühen Neuzeit**. München: Verlag C. H. Beck, 2009.
- BUSSMANN, K.; WERNER, E. A. **Europa im 17. Jahrhundert**. Ein politischer Mythos und seine Bilder, Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 2004.
- EBERHARD, W. Herrschaft braucht Zustimmung – der europäische Frühparlamentarismus entsteht. In: KÜHNHARDT, L.; RUTZ, M. (Org.). **Die wiederentdeckung Europas**. Ein Gang durch Geschichte und Gegenwart. Stuttgart: Deutsche Verlagsanstalt, 1999. p. 121-135.
- FINK, G. **Who's who in der antiken Mythologie**. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1993.
- FISCHER, J. **Oriens – Occidens – Europa**. Begriff und Gedanke „Europa“ in der späten Antike und im Frühen Mittelalter (Veröffentlichungen des Instituts für Europäische Geschichte Mainz. Bd. 15. Abteilung Universalgeschichte). Mainz: Franz Steiner Verlag, 1957.
- FUHRMANN, M. **Bildung**. Europas kulturelle Identität. Stuttgart: Philipp Reclam jun., 2002.
- GEISS, I. **Europa** – Vielfalt und Einheit. Eine historische erklärung (Europa forum. Bd. 12). Mannheim/Leipzig/Wien/Zürich: B.I.-Taschenbuchverlag, 1993.
- GOTTO, K. Europa und die Geschichte des Christentums. In: KÜHNHARDT, L.; RUTZ, M. (Org.). **Die wiederentdeckung Europas**. Ein Gang durch Geschichte und Gegenwart. Stuttgart: Deutsche Verlagsanstalt, 1999. p. 74-86.
- HENSHALL, N. **The myth of absolutism**. Change and Continuity in Early Modern European Monarchy. London/New York: Longman, 1992.
- KOCH, H.-A. **Die Universität**. Geschichte einer europäischen Institution. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2008.
- KOHLER, A. Das Europa der staaten und der diplomatie. Beziehungsräume und systemische Entwicklungen am Beginn der Frühen Neuzeit. In: ELVERT, J.; NIELSEN-SIKORA, J. (Org.). **Leitbild Europa?** Europabilder und ihre Wirkungen in der Neuzeit (Historische Mitteilungen im Auftrag der Ranke-Gesellschaft. Vol. 74). Stuttgart: Franz-Steiner Verlag, 2009. p. 67-72.
- KREFELD, H. **Hellenika**. Begleitbuch für die griechische Lektüre. Frankfurt am Main: Hirschgraben-Verlag, 1972.
- MALITZ, J. Imperium romanum und europagedanken. In: MICHLER, A.; SCHREIBER, W. (Org.). **Blicke auf Europa**. Kontinuität und Wandel (Schriftenreihe Eichstätter Kontaktstudium zum Geschichtsunterricht. Bd. 3). Neuried: ars una Verlagsgesellschaft, 2003. p. 79-101.
- MICHLER, A.; SCHREIBER, W. **Blicke auf Europa**. Kontinuität und Wandel (Schriftenreihe Eichstätter Kontaktstudium zum Geschichtsunterricht. Bd. 3). Neuried: ars una Verlagsgesellschaft, 2003.
- MÜLLER, R. A. **Geschichte der universität**. Von der mittelalterlichen universitas zur deutschen Hochschule. Hamburg: Nikol Verlagsvertretungen, 1996. (1ª edição: München, 1990).
- REALE, G. **Kulturelle und geistige wurzeln Europas**. Für eine Wiedergeburt des europäischen Menschen. Paderborn/München/Wien/Zürich: Ferdinand Schöningh, 2004. (original em italiano, 2003).
- RÖSSNER, S. **Die Geschichte Europas schreiben**. Europäische Historiker und ihr Europabild im 20. Jahrhundert (Eigene und fremde Welten. Bd. 16). Frankfurt am Main/New York: Campusverlag, 2009.
- SCHMALE, W. **Scheitert Europa an seinem Mythendefizit?** (Herausforderungen. Historisch-politische Analysen. Bd. 3). Bochum: Verlag Dieter Winkler, 1997.
- SEIBT, F. **Die Begründung Europas**. Ein Zwischenbericht über die letzten tausend Jahre (Schriftenreihe. Bd. 478). Bonn: Bundeszentrale für politische Bildung, 2005. (1ª edição em 2002).
- STRAHLENBERG, P. J. **Das Nord - und Östliche Theil von Europa und Asia**, in so weit solche das gantze Russische Reich mit Sibirien und der großen Tatarey in sich begriffet. In Verlegung des Autoris, Stockholm 1730. Disponível em: <<http://www.books.google.com/books?id=EPMOAAAAQAAJ>>. Acesso em: 5 out. 2010.
- STRATENSCHULTE, E. D. **Europa: Ein Überblick**. Bonn: Bundeszentrale für politische Bildung, 2007.
- VERGER, J. Modelos. In: RIDDER SYMOENS, H.; RÜEGG, W. (Coord.). **As universidades na Idade Média** (Uma história da universidade na Europa. Vol. I). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996. p. 33-75.
- WEHRS, K. Geographie und Ökologie Europas heute. In:

KÖPKE, W.; SCHMELZ, B. (Org.). **Das gemeinsame Haus Europa.** Handbuch zur europäischen Kulturgeschichte. München: Deutscher Taschenbuchverlag, 1999. p. 49-61.

WINKLER, H. A. **Geschichte des Westens.** Von den Anfängen in der Antike bis zum 20. Jahrhundert. München: Verlag C. H. Beck, 2009.

ZINTZEN, C. Griechenland und Europa. In: KÜHNHARDT, L.; RUTZ, M. (Org.). **Die Wiederentdeckung Europas.** Ein Gang durch

Geschichte und Gegenwart. Stuttgart: Deutsche Verlagsanstalt, 1999. p. 23-37.

Received on April 26, 2011.

Accepted on May 26, 2011.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.